

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

FRANCISCA CLARA DE PAULA OLIVEIRA ¹

RESUMO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL Francisca Clara de Paula Oliveira francisca.clara@urca.br Universidade Regional do Cariri -URCA Laiane Borges do Nascimento laiaeborges2510@gmail.com Universidade Regional do Cariri-URCA Vitória Geovana Sales de Freitas vitoriak2@hotmail.com Universidade Regional do Cariri-URCA Eixo Temático: Políticas Públicas e identidade docente Agência Financiadora: PIBIC/URCA Este trabalho de pesquisa se originou da necessidade que sentimos enquanto pesquisadores das áreas da Educação e da Pedagogia de discutirmos as intrínsecas relações entre formação, valorização docente e defesa do acesso à educação como direito social. Neste trabalho recortaremos nossa análise para os impactos da Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei No 11.738/2008), para a melhoria da qualidade do trabalho docente. e para o reconhecimento da escola pública enquanto espaço de produção de saberes e de escolarização das classes populares. Nosso objetivo consiste em apresentar reflexões introdutórias sobre a nova Legislação educacional adotada pelo estado brasileiro que instituiu dentre outras medidas a Lei do Piso Nacional para o Magistério, nos reportando a esta Lei como um marco regulatório relevante para o desenvolvimento da profissão docente e para a existência da escola pública enquanto espaço de inclusão cultural das classes populares e locus essencial do fazer-se docente. Para o desenvolvimento deste trabalho estudamos as ideias de autores contemporâneos que atuam como docentes pesquisadores no campo da educação brasileira como Gatti (2009), Algebaile (2014), Konder (2010), Munoz (2009), Saviani (2009), dentre outros. Para este trabalho recorreremos aos métodos da Pesquisa bibliográfica nos reportando a análise de artigos e documentos relacionados ao assunto. Os resultados são preliminares e não conclusivos tendo em vista tratar-se de um estudo em andamento. No entanto, pode-se afirmar que a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério constitui-se num marco regulatório de reconhecida importância para o(a) professor (a). Ao instituir uma regulamentação nacional para a carreira do profissional do magistério, abriu-se o caminho para que estes profissionais passem a ter mais e melhores condições de trabalho e de luta pelo reconhecimento social da profissão e do seu locus de trabalho, a escola pública básica regular. Nossa expectativa é contribuir com o debate sobre a formação e auto formação docente, por entender que a melhoria da qualificação do (a) professor(a) pressupõe a

existência de escolas bem estruturadas conduzidas por professores com carreira e salários dignos. Que a formação docente adequada e de qualidade do(a) professor(a) pressupõe dar a este profissional mais tempo livre para que o mesmo possa escolher sua trajetória de estudos, pesquisas e modos de compartilhamentos das suas práticas e saberes adquiridos. Entende-se seguindo esta linha de raciocínio que a escola como local de trabalho do professor, deva ser para este o espaço da investigação e de produção de novos conhecimentos, do fazer-se permanentemente docente. Neste cenário questiona-se a efetividade da formação tradicional inicial e continuada dos professores quando efetivada em condições de trabalho precarizadas. O ato de ensinar é um ato cultural precisa de tempo para pensar e planejar seus objetivos e métodos. Portanto, esperamos com este trabalho dar nossa contribuição ao debate. Palavras-chave: Educação, Política educacional, Formação de professores, e Trabalho docente

Referências BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)].?Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. - Série legislação ; n. 125. GARCIA, C. Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto, Portugal: Porto. 1999. GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.) Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009. 294 p. KONDER, Leandro. Em torno de Marx. - São Paulo: Boitempo, 2010. MONTEIRO, A. Reis. Profissão docente: profissionalidade e autorregulação. São Paulo: Cortez, 2015. MONASTA, Atílio. Antônio Gramsci. Coleção Educadores. Disponível no site. www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 03.03.2016 MUNOZ, Francisco Imbernón. Formação Docente e profissional (formar-se para a mudança e a incerteza). 7 ed. São Paulo: Cortez. 2009. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. Campinas, SP: Revista Educação & Sociedade. v. 28, n.99 p. 355-375. mai/ago. 2007. Disponível no site: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 10.04.2016. SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. in: Revista brasileira de educação. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> SUCHODOLSKI, B. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. 4. ed. Lisboa, Portugal: Horizonte . 1992. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 12.ed. Petrópolis, RJ:Vozes. 2011 TARDIF, M; Lessard, C. O trabalho docente. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 8. Ed. Petrópolis,RJ:Vozes. 2013. SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. in: revista Educação & Sociedade. Campinas, SP. Edunicamp. V. 31, n. 112, p. 981-1000, jul-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Palavras-chave: .

